



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00124

Brasília, 09 de novembro de 2017.

Objetivo da reunião: Acompanhamento de projeto PJe

Horário e local: 10h - Sala 101 C CJF

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ministro Raul Araújo Filho	MAGISTRADO	CG
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
Marcos Mairton da Silva	MAGISTRADO	CG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Coordenador Comitê- Gestor - PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor de Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF1
Mônica Regina Ferreira Rodrigues (monica.rodrigues@trf1.jus.br)	Divisão de Projetos de Sistemas/Dipsi/- Secin	TRF1
Dr. Osair Victor de Oliveira Júnior (01vf- dc@jfrj.jus.br)	Juiz Federal	SJRJ
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Dr. Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Membro do Comitê	TRF3
	Assessor de Gestão	



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS.
Documento Nº: 1571080-9382 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental: 40.07.04.04



CJFMRU201700124A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

David Panessa Baccelli (dbacelli@trf3.jus.br)	dos Sist. da Informação	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda	Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Claudia Strefezza	Divisão de Banco de Dados	TRF3
Dilza Mayumi Hanashiro Ishikawa	Subsecretaria de Infraestrutura	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3
Suzana Maria Lopes Franco (slf@trf4.jus.br)	Diretora da Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF4
Alexandre Alegretti Venzon (aav@trf4.jus.br)	Assessoria de Apoio Administrativo	TRF4
Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	Seção de Uniformização de Sistemas Judiciais	TRF4
Dr. Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho	Juiz Federal	TRF5
Telma Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciárias	TRF5
Laureano Montarroyos (laureano@trf5.jus.br)	Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF5
Dr. Luiz Armando Lopes Campião (luizcampiao@mpf.mp.br)	Representante	PGR
Dra. Hellen Falcão Carvalho (hellen@falcaocarvalho.com.br)	Representante	CFOAB

Pauta

1. Proposta da Procuradoria Geral da República

Dr. Luiz Campião apresenta demanda no sentido de que o momento da abertura de vistas dos autos seja somente após a manifestação das partes ou do decurso do prazo legal e informa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

que o procedimento já adotado pelo TRF1 atenderia a demanda. Os TRFs da 3ª e 5ª informam que adotam procedimento semelhante ao do TRF1. Ivan Forgearini, da 4ª Região, informa que procedimento do EPROC permite abertura de vistas a qualquer tempo, sendo possível atender à demanda do Ministério Público. O Comitê deliberou no sentido de que TRFs 1ª, 3ª e 5ª Regiões continuarem adotando o procedimento demandado pelo MPF no âmbito do PJe. O Ministro Corregedor recomendou ao TRF4 que passe a adotar o mesmo procedimento no e-Proc.

2. Treinamento em fluxo do PJe

TRFs 1ª, 3ª e 5ª Regiões manifestam-se pela necessidade do treinamento. São indicados como possíveis instrutores Leonardo Carvalho (TRF2), Paulo Porto (TJRN) e Thiago Vieira (ENFAM). André Chiaratto sugere buscar, também, contatos com o TJDFT. O treinamento de fluxo é destinado às equipes de TI. O prazo seria entre 11 e 15 de dezembro de 2017 ou segunda quinzena de fevereiro de 2018. Dr. Fabiano aponta que o TRF3 teria condições de custear o treinamento em vista dos recursos recentemente remanejados. Leonardo se coloca à disposição e, havendo convite poderá ajustar a agenda no TRF2 a fim de ministrar o treinamento, se for o caso. Definiu-se que o treinamento será ministrado por Leonardo/TRF2 ainda este ano, caso sua participação seja autorizada pelo TRF2.

3. Informes sobre a implantação do PJe nas Regiões

Implantação na 1ª Região - Mônica informa as últimas expansões ocorridas e o cronograma das próximas implantações no âmbito do regional. Quantitativos: 1º grau 91.518 e 2º grau 23.786. Leonardo informa a aprovação pelo plenário da 2ª Região do relatório que recomenda a adoção do EPROC, mas acredita que ainda não foi feito o encaminhamento ao CJF e CNJ do pedido de autorização, condição estabelecida pelo plenário do TRF2, para adoção do referido sistema. Implantação na 3ª Região - Dr. Fabiano aponta a migração para a versão 2.0 ocorrida em 02/10 e o investimento do regional em treinamentos, dando exemplo da capacitação de diretores de secretarias de varas, modalidade presencial. Também o aprimoramento das classes criminais no TRF mencionando os habeas corpus, além de desenvolvimento de fluxos para as turmas recursais. Quantitativos: 1º grau 134.015 e 2º grau 34.142. Total 168.157 processos em curso no PJe. Informa, ainda, quanto à adoção breve do editor de texto desenvolvido pelo TSE para o PJe 2.0, bem como ajustes para recepção de documentos de processos em tramitação no TJSP e TJMS, via integração dos sistemas. 4ª Região - Ivan informa que foi firmado acordo de cooperação com o TJRS para uso do EPROC; Implantação na 5ª Região - Telma informa que foi feito estudo sobre o fluxo de implantação do PJe nos JEFs. Que continua o desenvolvimento de funcionalidades para a versão nacional e de aplicativo para dispositivos móveis "Mobile", sendo que este deve ser concluído até o final do mês de novembro. Dr. Luiz Campião do MPF questiona se existe "Mobile" para advogados. Telma informa que para notificações e consultas haverá. Dr. Marcelo registra que ficou encarregado de encaminhar uma demanda de desenvolvimento para o PJe 2.0 no que tange ao tratamento e agrupamento das CDA nas execuções fiscais. A proposta do Dr. Marcelo é que se priorize essa demanda na fábrica de software da 5ª Região. Telma informa que encaminhará a priorização dessa demanda. Dr. Fabiano informa que a execução fiscal foi priorizada na 3ª Região, mas que depende da Fazenda Nacional, visto que, segundo informaram, ainda não havia disponibilização orçamentária para continuidade dos trabalhos de integração. Telma informa que foi feito estudo sobre o fluxo de implantação do PJe nos JEFs.

4. Assuntos gerais



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS.
Documento Nº: 1571080-9382 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Retificada a memória da última reunião do Comitê. No item 2, onde se lê: "17% ingressaram via PJe", leia-se "14% ingressaram via PJe". Edimilson informou que o indicador "ajuizamentos no PJe" já está habilitado no Observatório da Justiça Federal, com os dados desde janeiro de 2016, podendo ser preenchido mensalmente pelas equipes dos regionais.

5. Alteração nos procedimentos de videoconferência

André Chiaratto detalhou o novo procedimento para videoconferências que já está em funcionamento no CJF.

6. Outras manifestações

Dra. Hellen (OAB) ressaltou que a OAB defende a adoção de sistema único de processo judicial eletrônico por todos os órgãos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ 185/2013, a fim de facilitar a atuação dos advogados. O Ministro-Corregedor esclareceu que todos buscamos uma solução, mas ainda não definimos qual será. Dr. Campião agradece a parceria que resultará na melhor prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Ajustar o e-Proc/TRF4 no sentido de que o momento da abertura de vistas dos autos ao MPF seja somente após a manifestação das partes ou do decurso do prazo legal.	TRF4	
2.1	Encaminhar pedido de liberação do Leonardo ao TRF da 2ª Região	Edimilson Cavalcante de Oliveira	24/11/2017
3.1	Priorizar, junto à fábrica de software do TRF5, a demanda de desenvolvimento para o PJe 2.0 no que tange ao tratamento e agrupamento das CDA nas execuções fiscais.	Telma Motta	30/11/2017

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS.
Documento Nº: 1571080-9382 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFMRU201700124A